

RECEBIO ORIGINAL
Em: 06/11/2020
Assinado por Maria do Carmo Neves dos Santos



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Assinado por Maria do Carmo Neves dos Santos
06/11/2020

LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA DE SUPRESSÃO VEGETAL N.º 118/2020

INTERESSADO: Aldiceia de Oliveira Atem

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Edifício Barra do Rio Negro, Alameda Alaska, nº 1759, Apto. 102, Ponta Negra, Manaus-AM

CNPJ/CPF: 626.322.132-15

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 98210-9955

FAX:

REGISTRO NO IPAAM:

ÁREA A SER SUPRIMIDA: 0,0909 HA

PROCESSO N.º: 1041.2020

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

LOCALIZAÇÃO: Av. José Augusto Loureiro, Rua III, Lotes 12 e 13, Quadra L2, Condomínio Alphaville Manaus II, Ponta Negra, Manaus-AM.

FINALIDADE: Autorizar a supressão vegetal para a construção residencial.

Coordenadas Geográficas da área de vegetação a ser suprimida:

Name	latitude	longitude	Name	latitude	longitude
P1	3°3'7.160" S	60°5'40.614" W	P4	3°3'7.188" S	60°5'39.235" W
P2	3°3'6.523" S	60°5'39.875" W	P5	3°3'7.923" S	60°5'39.904" W
P3	3°3'6.879" S	60°5'39.564" W	P6	3°3'7.550" S	60°5'40.255" W

VOLUME AUTORIZADO:

Espécies	Nº de árvores	st lenha	Espécies	Nº de árvores	st lenha
<i>Bombax paraense</i>	4	4,59	<i>Parkia oppositifolia</i>	3	1,75
<i>Calophyllum brasiliense</i>	1	0,20	<i>Piptadenia opacifolia</i>	1	0,30
<i>Eschweilera ovata</i>	2	0,90	<i>Pouteria guianenses</i>	10	3,41
<i>Ficus trigona</i>	2	0,65	<i>Protium apiculatum</i>	2	0,62
<i>Guatteria discolor</i>	1	0,16	<i>Protium caraná</i>	1	0,33
<i>Guatteria olivacea</i>	1	0,26	<i>Sacoglottos amazônica</i>	1	2,18
<i>Licania egleri</i>	4	0,85	<i>Simarouba amara</i>	16	3,61
<i>Manilkara bidentata</i>	1	0,25	<i>Sterculia pilosa</i>	1	0,28
<i>Mauritia flexuosa</i>	6	4,22	<i>Tapirira guianensis</i>	5	0,95
<i>Ocotea neesiana</i>	1	0,64	<i>Virola duckei</i>	6	2,69
<i>Oenocarpus bacaba</i>	1	0,33	Total geral	71	29,43
<i>Oenocarpus batava</i>	1	0,23			

PRAZO DE VALIDADE DESTA AUTORIZAÇÃO: 01 Ano

Manaus-AM, 06 NOV 2020

Maria do Carmo Neves dos Santos
Maria do Carmo Neves dos Santos
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente

IMPORTANTE:

- O uso irregular desta LAU implica na sua invalidação, bem como nas sanções previstas na legislação;
- Este Documento não contém emendas ou rasuras;
- Este Documento deve permanecer no local da exploração para efeito de fiscalização (frente e verso)
- O volume autorizado não quita volume pendente de reposição florestal;
- Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico



RESTRICÇÕES E/OU CONDICIONANTES DE VALIDADE DESTA LICENÇA: LAU-SV N.º 118/2020

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n.3.785 de 24 de julho de 2012; -
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental Única deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n.º.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado;
4. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens;
5. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal;
6. A presente Autorização de Supressão Vegetal - ASV está sendo concedida com base nas informações constantes no processo n.º 1041.2020.
7. Para o transporte e a comercialização de produtos e subprodutos florestais oriundos desta Autorização de Supressão Vegetal - ASV, o empreendedor/detentor da ASV deverá solicitar a Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF junto ao IPAAM, o que corresponde uma posterior inserção de novo pedido junto ao SINAFLORE;
8. Proteger a fauna conforme estabelecido nas Leis n.º 5.197/67
9. Realizar o monitoramento das espécies ameaçadas de extinção como o Sauim-de-Coleira (*Saguinus bicolor*);
10. Fica proibida a comercialização e o transporte do material lenhoso oriundo do corte das espécies protegidas na forma da Lei;
11. Realizar durante o período de supressão vegetal as medidas preventivas e mitigadoras dos impactos relacionados fauna silvestre;
12. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido a Lei n.º 12.651/12 e 12.727/2012;
13. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros);
14. Em caso de solicitação de renovação, apresentar relatório de exploração florestal constando a planilha de volume de material lenhoso já suprimido e a ser suprimido, conforme autorização em Licença Ambiental Única - LAU de Autorização de Supressão Vegetal - ASV;
15. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando da construção das vias de acesso para transposição na área;
16. Em caso de doação da lenha ora autorizada, obrigatória a homologação do pátio;
17. Esta Licença Ambiental Única - LAU de Autorização de Supressão Vegetal - ASV autoriza somente a extração das espécies e volumetria listadas;
18. Fica expressamente proibido o corte da andiroba (*Carapa guianensis*; *Carapa paraense*) e copaíba (*Copaifera trapezifolia hayne*; *Copaifera reticulata*; *Copaifera multijuga*), de acordo com o Decreto Estadual n 25.044/05;
19. Não são passíveis de exploração para fins madeireiros a Castanheira (*Bertholletia excelsa*) e a Seringueira (*Hevea spp.*), em florestas naturais, primitivas ou regeneradas, conforme estabelece o Decreto Federal n.º 5.975/06.
20. Apresentar o relatório final da supressão após a finalização da atividade descrevendo a destinação de todo material e o registro fotográfico.